

CONQUISTA E POVOAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

Geógrafo Carmen Thomas *

O povoamento e conquista do território sul-rio-grandense foram iniciados quando a sociedade brasileira já contava dois séculos. Somente a partir do final do século XVII os portugueses mostraram interesse pelas terras gaúchas e trataram de explorar suas riquezas.

O povoamento do Rio Grande do Sul pode ser dividido em duas fases distintas:

1^a) – *Povoamento na zona de campo ou ciclo pastoril*, que teve na pecuária a principal fonte incentivadora. Nela vemos os colonizadores portugueses, principalmente os paulistas, espalharem-se pela nossa campanha atrás do gado, e ali fundarem as estâncias, embriões de futuros núcleos urbanos.

No início do século XVII, o atual Estado do Rio Grande do Sul era constituído pela chamada “Província do Tape”, situada entre a “Província do Uruguai”, já conhecida devido ao seu povoamento europeu, e a “Província Ibiaçá” ou “Mbiaçá”, que se estendia desde Santa Catarina acompanhando o litoral.

Na vasta extensão da “Província do Tape” os indígenas eram os únicos habitantes, divididos em diferentes grupos que se espalhavam pelo território (vide mapa 1): Os Caáguas na região do atual município de São Francisco de Paula; os *Guaianás* na zona de Vacaria e arredores; os *Guaranis*, acompanhando a margem esquerda do Uruguai, desde Palmeira das Missões até Itaqui; os *Minuanos*, na zona fronteira: Alegrete, Uruguaiana e Livramento; os *Charruas*, no sul do Estado, seguindo o rio Jaguarão; os *Guenoas*, na vastidão entre o Uruguai, Pelotas e Rio Grande, os *Arachanes*, na margem da Lagoa dos Patos, os *Carijós*, no litoral e finalmente, os *Tapes* por toda a Depressão Central do Estado. Cumpre-nos esclarecer que essa fixação ao solo não era feita de modo permanente, pois as tribos costumavam locomover-se de um lado para outro do território gaúcho.

Existe grande controvérsia sobre qual teria sido a nacionalidade dos primeiros desbravadores de nossas plagas. Uns afirmam terem sido os padres jesuítas portugueses, sob o comando do Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, a partir de 1605, que tentaram estabelecer-se no antigo distrito de Rio Grande, a fim de catequizar os indígenas ali existentes. Outra corrente, entretanto, comprova terem sido os jesuítas espanhóis que, a contar de 1609, realizaram penetrações a noroeste do Rio Grande do Sul, instalando as Missões de Tape e Sierra, entre os rios Ibicuí e Jacuí. Assim, tais reduções indígenas teriam sido as primeiras povoações, embora primitivas, estabelecidas no nosso Estado, pois nela os jesuítas reuniam os índios catequizados, ensinando-lhes não só religião mas novos métodos de vida, principalmente o pastoreio, pois foram aqueles padres que introduziram e difundiram o gado no Rio Grande.

Contudo, essas reduções tiveram duração efêmera pois os bandeirantes paulistas incursionavam, freqüentemente pela região a fim de prear os índios destruindo seus acampamentos. Em vista disso, os jesuítas espanhóis retiraram-se para a margem direita do rio Uruguai, dispersando o gado pelas pastagens gaúchas, ao sul da bacia do Camaquã que se tornou conhecida como “Vacaria do Mar”. Segundo Orlando Valverde aqueles animais vieram a “constituir o casco inicial do gado da Campanha Gaúcha”.

*Geógrafo da U.G.C. – CEMAPA.

Passou-se mais de meio século antes que os jesuítas voltassem ao solo rio-grandense, onde, em 1687, fundam os “Sete Povos das Missões” (São Nicolau, São Luiz, São Miguel, Santo Angelo, São Borja, São Lourenço e São João), continuando a cuidar do gado, que muito crescera em número.

Entretanto, fora as incursões dos paulistas, com a única finalidade de aprisionar os indígenas, todo Rio Grande continuava a ser uma área deserta e despovoada, pois nem os portugueses, nem os espanhóis, nele tinham encontrado interesse.

A fim de salvar seu gado das investidas dos espanhóis, vindos do sul, os jesuítas resolveram transferí-los da Vacaria do Mar para um local mais protegido, numa zona de campos cercada de matas, a nordeste do Rio Grande, que retornou conhecida como “Vacaria dos Pinhais” ou “Campos de Cima da Serra”, de onde o gado se expandiu por todos os arredores.

Portugal havia fundado, em 1680, ao sul do Rio da Prata, a Colônia do Sacramento, como um marco do seu poderio. A fim de estabelecer ponto de comunicação e de apóio à nova colônia platina é fundada Laguna, que iria se tornar o centro de expansão do povoamento da região sul. Dali partiam incursões percorrendo toda a faixa litorânea até atingir a Colônia do Sacramento, era assim estabelecido o denominado “caminho da praia” (vide mapa n.º 2). Desta forma, inicialmente o Rio Grande servia apenas como um corredor para a passagem dos aventureiros até a nova colônia.

Em suas explorações durante o percurso por nosso território, os lagunistas descobriram os grandes rebanhos de gado, espalhados pelos campos, principalmente os da “Vacaria do Mar”, e dando-se conta do incalculável potencial econômico que eles constituíam, trataram de estabelecer invernadas ao longo da faixa litorânea desde S. José do Norte às proximidades de Torres. Iniciava-se, assim, o comércio de gado com o centro do país.

Este comércio teve grande impulso com a exploração extensiva das minas auríferas, que provocou afluxo populacional e conseqüentemente grandes problemas no abastecimento de carne e animais de carga, vindo os paulistas abastecer-se em nossos campos.

Data desta época a chamada “Tropa de João de Magalhães”. Este, em 1725, com trinta homens, na maioria escravos, veio estabelecer-se na barra do Rio Grande, próximo onde é hoje a cidade de S. José do Norte, com a finalidade de impedir a fixação de desertores espanhóis na barra e garantir a passagem do gado proveniente do sul. Para muitos este foi o primeiro núcleo de povoamento em terras do Rio Grande do Sul entretanto, alguns estudiosos do assunto afirmam que a tropa tinha caráter apenas militar e que o povoamento propriamente dito, com a vinda das famílias dos lagunistas, ocorreu alguns anos mais tarde.

Com a expansão do ciclo de mineração houve necessidade de uma ligação entre as áreas de criação e a Província de São Paulo, dando-se a abertura da “Estrada dos Conventos” (vide mapa 2), partindo da foz do Araranguá até o planalto e dali para os campos de Lajes e Curitiba até alcançar São Paulo e Minas Gerais. Tal caminho provocou o progresso do Rio Grande, permitindo o livre trânsito do gado, mas, ao mesmo tempo, ocasionou o abandono de Laguna que ficava mais ao norte. Com isto, seus habitantes resolveram procurar novas terras, locomovendo-se para o sul, tornaram-se assim os lagunistas os primeiros estancieiros gaúchos.

Data de 1733, a primeira fixação dos lagunenses, donos das invernadas, com suas famílias em solo gaúcho, formando suas estâncias e campos de criação nas cercanias de Viamão. Entre outros apareceram João de Magalhães, Jerônimo de Ornelas, Sebastião Francisco Peixoto. Entre as primeiras sesmarias formadas temos Conceição do Arroio (atual Osório) e São José do Norte.

Os primeiros títulos de sesmarias, de preferência ao longo do litoral, haviam sido conhecidos pelo Governo Português em 1732, mas geralmente a concessão não coincide com a data da ocupação das terras, cuja maior parte já vinha sendo ocupada pelas invernadas, embora nelas não habitassem os familiares de seus possuidores.

Assim, de acordo com os documentos dos primeiros decênios de vida efetiva no Rio Grande, podemos dizer que o povoamento definitivo do solo efetuou-se a partir de 1733.

Com a concessão contínua de sesmarias, as estâncias vão se multiplicando desde a região de Tramandaí até o canal do Rio Grande. Transformava-se, assim, a economia gaúcha, pois desapareciam as invernadas dando lugar às estâncias.

A fim de proteger os novos habitantes das violências praticadas pelos espanhóis platinos e facilitar a livre navegação das naus portuguesas, ordenou a Coroa que fosse fundado no nosso território o primeiro estabelecimento oficial de posse lusitana. Com esse fim, foi estabelecido pelo Brigadeiro Silva Paes, em 1737, à margem do canal da Lagoa dos Patos, o forte Jesus-Maria-José (que daria origem a atual cidade de Rio Grande) e à meia légua à oeste deste ergueu um segundo forte, denominado de Sant'Ana (Vide mapa 1).

Com o desenvolvimento das estâncias intensificou-se o tráfego das tropas de gado, havendo necessidade de um mais fácil acesso à Província de São Paulo. É então estabelecido por Cristóvão Pereira, o famoso "caminho do gado", que tendo Viamão como ponto inicial, atravessava os campos de Vacaria e a região serrana até atingir Lajes dali seguindo a tropa até a feira paulista de Sorocaba (Mapa 2).

Ao longo do "caminho do gado" foram surgindo primitivos estabelecimentos para o trato do gado que iriam originar futuros povoados, como ocorreu com Bom Jesus, Vacaria e Lagoa Vermelha, todos oriundos da expansão da pecuária em nosso Estado.

Concessões continuam a serem feitas em grande escala e o povoamento na região dos Campos de Viamão, do Guaíba para leste, cada vez ia se adensando mais. O Gravataí é atravessado e surgem duas estâncias na margem esquerda do Caí. A corrente povoadora vai se infiltrando pelo interior, surgindo pequenas povoações em diversos pontos; entretanto, todo este avanço não seguia nenhum plano, era simplesmente espontâneo e a característica primordial da ocupação era o isolamento dos núcleos. Assim desenvolvia-se o chamado *Continente do Rio Grande*, nova denominação dada ao extremo sul do Brasil, a partir de 1737, e que passou a ser de uso corrente, aparecendo sempre nos documentos oficiais.

São formados os primeiros núcleos urbanos sendo instalada a primeira vila: Rio Grande do São Pedro, formada em torno do presídio Jesus-Maria-José.

Sesmarias foram doadas até o povoamento atingir Santa Vitória do Palmar.

Para sanar o problema que ocasionava a falta de garantia na posse das fronteiras, Portugal resolveu instituir a colonização sistemática do Rio Grande através da vinda de casais açorianos.

Segundo a tradição, os primeiros casais açorianos estabeleceram-se em Capela Grande, no ano de 1742.

Aqui eles não se limitaram só ao litoral (Rio Grande, Mostardas, Estreito, Conceição do Arroio) mas também se estabeleceram ao longo da Depressão Central (Viamão, Morro de Santana, Porto Alegre, Gravataí, Taquarí e Rio Pardo) (vide mapa 3).

Além da guarda das fronteiras o objetivo principal desta distribuição dos açorianos era o incentivo à agricultura em pequenas propriedades, pois até então a atividade relevante era quase exclusivamente a pecuária. Entretanto, o êxito da colonização não foi completo, pois os açorianos não tinham tendências à lavoura, julgando-a trabalho dos escravos, mas mesmo assim, eles tiveram grande influência na formação étnica do Rio Grande.

Com a assinatura do tratado de Madri, Portugal perdeu a Colônia do Sacramento, mas ganhou os Sete Povos das Missões. A fim de regularizar os novos limites, foram estabelecidas linhas de penetração pelo Guaíba e pelo Jacuí, bem como as primeiras estradas na Campanha, de modo a poder atingir mais rapidamente os Sete Povos. Sesmarias foram concedidas e assim o Continente foi se povoando desde o Tramandaí ao Chuí e do Atlântico ao Jacuí.

Seiscentas famílias de índios fundam a Aldeia dos Anjos, atualmente a cidade de Gravataí.

Em 1761, Rio Grande é invadido pelas tropas do Governador Ceballos de Buenos Aires, o que trouxe grandes conseqüências ao nosso povoamento, principalmente a maior concentração da população nas áreas já ocupadas, especialmente em Viamão, e o estabelecimento de novas estâncias em regiões até então desabitadas.

A transferência do governo da Capitania de Rio Grande para a de Viamão, possibilitou o desenvolvimento rápido do Porto dos Casais, fundado pelos açorianos às margens do Guaíba, sendo a seguir denominado de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre.

As lutas platinas originam novas estâncias, embriões de futuras povoações, em São Gabriel, Bagé, Dom Pedrito, Itaqui e São-Borja. Ao mesmo tempo, os quartéis ou fortes de guarda das fronteiras também foram fontes de núcleos urbanos, tais como: Uruguaiana, Santana do Livramento, Jaguarão.

Os povoadores iam invadindo a região surgindo inicialmente ranchos que aos poucos transformavam-se em estâncias, que garantiam a posse da terra.

Assim, em 1776, já existiam oito freguesias no Rio Grande, cinco na região dos campos: Viamão, Triunfo, Rio Pardo, Porto Alegre e Santo Amaro e três na zona litorânea: S. Pedro do Rio Grande, Conceição do Arroio e Mostardas.

O aproveitamento do gado esteve condicionado a interesses comerciais diversos, atravessando, assim, etapas distintas. Com o passar do tempo o gado bovino gaúcho atendia as necessidades do próprio Estado de Santa Catarina e de Curitiba. Surge então a indústria do charque que iria influenciar o povoamento das áreas entre os rios Pelotas e São Gonçalo onde se situavam as maiores "charqueadas". Desenvolve-se o porto de Rio Grande e surge o centro urbano que se tornaria o primeiro da Província após a capital Pelotas.

Novas sesmarias vão surgindo a margem dos caminhos e as estâncias se estendem em direção sul até os rios Jaguarão e Camaquã-Mirim.

Com o final da luta entre as nações ibéricas, há a incorporação das terras até então espanholas, como a região das Missões Orientais e a área entre o Piratini e o Jaguarão a Portugal, com o subsequente povoamento das mesmas.

Em 1809, a Capitania Geral do Rio Grande foi dividida em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Foi a primeira divisão administrativa realizada em nosso Estado.

Novas estradas iam sendo abertas sendo que aquela que alcançava os campos de Passo Fundo provocou uma irradiação do povoamento para oeste surgindo núcleos de futuras cidades: Cruz Alta, Palmeira das Missões, Soledade, Nonoai, Santo Angelo e São Borja.

Grande impulso teve o povoamento com a construção das primeiras ferrovias, a partir de 1874, pois a população rural passou a concentrar-se perto das estradas, deixando de ser tão dispersa.

Assim, em meados do século XIX, toda a área dos campos sul-rio-grandenses estava povoada, inclusive a antiga zona das Missões, havendo um melhor aproveitamento do território com o preenchimento dos vazios demográficos.

Concluindo, podemos dizer que o papel da pecuária nesta fase do povoamento do nosso Estado foi extraordinário, pois embora tivesse provocado uma população rarefeita em alguns locais, como na zona da Campanha, serviu para determinar a posse da maior parte do nosso território – os campos – uma vez que os tropeiros e vaqueiros, sempre em busca de novas pastagens, conquistaram-nas palmo a palmo, nela se fixando.

2º) – *Povoamento na zona de mata ou ciclo da colonização européia*, também chamado povoamento definitivo, que se verificou principalmente devido à imigração européia, não portuguesa, e à ação das frentes pioneiras. Nela vemos a fixação dos primeiros imigrantes de origem alemã nos vales e encostas da serra, seguidos pelos italianos que se radicaram na porção oriental do planalto.

A fim de incentivar o desenvolvimento de áreas pouco povoadas, principalmente das matas sul-rio-grandenses, o Governo Imperial, logo após a Independência, promoveu a colonização e ocupação dessas áreas com elementos europeus não portugueses, especialmente alemães e italianos, que complementaram o nosso povoamento estendendo-se em todas as direções.

Tratava-se de uma colonização dirigida e foi realizada primeiro e principalmente em terras públicas sempre sob a iniciativa governamental federal ou estadual e mais tarde da particular, o que diferenciou o Rio Grande do resto do Brasil.

A necessidade do trabalho agrícola intensificou a imigração. Até a data da Abolição da escravatura o imigrante era considerado na maior parte do país como um braço a mais para ajudar o trabalho do escravo, daí a razão do mesmo ter se adaptado melhor no nosso Estado, onde era pequena a participação do escravo na economia regional. Só depois é que se verificou que o imigrante não servia apenas para a mão-de-obra agrícola, e que ele era artesão, operário, industrial e artífice por conta própria.

O Imperador D. Pedro I interessou-se pessoalmente pela implantação desta colonização e a Coroa tratou de atrair os imigrantes europeus oferecendo-lhes diversas vantagens; entre elas: os colonos viajariam às expensas do Governo Brasileiro, aqui gozariam de liberdade de culto, receberiam uma propriedade de 160.000 braças quadradas (77 ha) por família, parte em campo (para lavoura), parte em mata virgem, cavalos, vacas, bois, etc, bem como uma ajuda anual em dinheiro.

Os primeiros imigrantes alemães foram encaminhados em 1824, a extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, onde fundaram a colônia de São Leopoldo, às margens do rio dos Sinos e a poucos quilômetros de Porto Alegre. Apesar das dificuldades iniciais o progresso da nova colônia foi sensível, transformando-se na “célula-mater” da colonização germânica no sul do país. Contava inicialmente com 126 habitantes e seu crescimento demográfico foi enorme, pois, seis anos após sua fundação, já viviam em São Leopoldo 4.856 pessoas.

Entretanto, as outras duas colônias fundadas a seguir, S. João das Missões e Três Forquilhas (em Torres), tornaram-se francamente decadentes, devido principalmente à distância de Porto Alegre, o que não ocorreu a S. Leopoldo, cuja proximidade do centro da Província e a facilidade de comunicação através do rio dos Sinos muito favoreceu o seu desenvolvimento.

Com o aumento da população em São Leopoldo, o povoamento foi se expandindo através das matas e nelas abrindo clareiras onde floresciam os futuros núcleos urbanos. Os imigrantes, procurando prover de imediato o sustento de sua família através da lavoura, adotam o sistema caboclo das roças entre as “derrubadas”.

Já em 1825, junto às atividades agrícolas, surgiam em São Leopoldo os primeiros estabelecimentos industriais, principalmente os curtumes, que ainda hoje são uma das maiores fontes de renda do mesmo município.

A partir de 1830 e por quinze anos é suspensa a imigração estrangeira, tanto pela oposição parlamentar, como pela Revolução Farroupilha.

Após o término da guerra civil inicia-se o período mais propício à colonização européia, pois os Governos Provinciais receberam autorização para cuidar também da imigração, intensificando-se, desta forma, o processo colonial.

Nova leva de colonos chega a São Leopoldo e novas “picadas” são abertas na encosta da serra, como Linha Nova, Picada Café, Dois Irmãos.

Leis são promulgadas, dando novas normas à imigração e ao lado da iniciativa oficial incrementa-se a particular, atraindo o elemento europeu já considerado como mão-de-obra indispensável ao nosso desenvolvimento econômico.

Sob essa nova política de colonização são fundados os novos núcleos: D. Pedro II (em Pelotas), Monte Bonito (na serra de Tapes), Rincão del Rei (em Rio Pardo) e Mundo Novo (em Taquara).

Os imigrantes alemães e seus descendentes cada vez se espalhavam mais pelos vales da Encosta, rumando para oeste daí surgindo Santa Cruz, Santo Angelo (em Cachoeira do Sul), Nova Petrópolis, estendendo-se assim a área povoada pelos germânicos de Torres até às proximidades de Santa Maria. É interessante notar que a ação colonizadora dos alemães estendia-se até as bordas do Planalto, mas sem ultrapassar uma altitude média de 600 metros, pois segundo a voz corrente no Rio Grande “o alemão não gosta da terra de pinheiros”.

São desta época as denominadas “antigas colônias alemãs”: Novo Hamburgo, Caí, Montenegro, Taquara, Rolante, Gramado, Nova Petrópolis, Estrela, Roca Sales, Arroio do Meio, Lajeado, Venâncio Aires, Santa Cruz, Candelária, Sobradinho, São Lourenço, S. Feliciano e Barão do Triunfo.

Procurando aumentar a expansão da pequena propriedade trabalhada pelo colono o Governo Imperial criou uma série de colônias sul-rio-grandenses a serem ocupadas pelos imigrantes italianos. Em 1874, foram fundadas as três primeiras: Caxias, Conde D’Eu (atual Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves), todas situadas acima da serra, na zona das matas de araucárias, em continuação às ocupadas pelos colonos germânicos.

Os imigrantes italianos encontraram maiores dificuldades do que os alemães. Isto foi provocado pelo penoso acesso aos seus lotes devido ao terreno acidentado. Entretanto, venceram todos os obstáculos e o êxito das primeiras colônias foi tão grande que logo surgiram outras: Silveira Martins, Alfredo Chaves (Veranópolis), Antonio Prado, Guaporé. A conquista das matas seguiu assim em ritmo acelerado.

Perto de Porto Alegre, os Italianos instalaram o núcleo de Vila Nova.

Os primitivos núcleos, em sua maioria, prosperaram, transformando-se, mais tarde, em vilas e cidades. Para isso influenciou muito o sistema de pequena propriedade adotado.

Em nosso Estado a pecuária já havia instituído um regime de grandes propriedades: por esta razão, os colonos foram encaminhados a outras áreas onde pudessem formar suas pequenas propriedades dedicadas principalmente à agricultura diversificada. Deve-se a esta nova organização econômica a variedade de gêneros produzidos, sendo que alguns foram introduzidos pelos imigrantes, como é o caso do centeio e das batatas.

Além disso, grandes estabelecimentos industriais de hoje tiveram origem em primitivos artesanatos coloniais.

Com os alemães, foi ocupada no Rio Grande uma área territorial que constituía um verdadeiro “bolsão” entre a área litorânea de povoamento açoriano e a de povoamento mediterrâneo onde surgiu o gaúcho.

A colonização italiana iniciou-se também dentro deste bolsão, em espaço menor à dos germânicos, mas vindo a encontrar-se com a mesma. Ambas espalharam-se por nosso território, ocupando toda a zona do Planalto, através das Encostas Superior e Inferior do Nordeste.

Após a Proclamação da República, a corrente colonizadora atingiu seu apogeu vindo a participar elementos de outras etnias: russos, poloneses, suecos. As terras públicas tornaram-se propriedades do Estado, o que deu grande incentivo à colonização. São fundadas: Mariana Pimentel (em Guaíba) por colonos poloneses, Jaguarí, por russos, poloneses, alemães e italianos e Saldanha Marinho (atual Carazinho).

Em 1890, inicia-se a construção da ferrovia ligando o Rio Grande a São Paulo, que muito contribuiu para a expansão colonizadora, principalmente da região do Alto Uruguai, até então quase toda despovoada. Para ali se dirigiram imigrantes de várias nacionalidades e seus descendentes, originando a formação de colônias etnicamente heterogêneas, embora em algumas delas tivesse predominado determinada etnia, como ocorreu em Santa Rosa (alemã), Cerro Azul (atual Cerro Largo – alemã), Panambi (alemã), Santiago e Santa Bárbara (italiana).

Entre as colônias tipicamente heterogêneas destacam-se: Ijuí, (com elementos alemães, poloneses, italianos e russos), Encantado (italianos e austríacos), Cruz Alta (alemães, italianos, russos e poloneses), Sobradinho (alemães e italianos), Erechim (alemães, italianos e poloneses), Iraí e Carazinho (alemães, italianos e poloneses).

Com o decorrer dos anos, novos imigrantes de nacionalidades diversas vieram estabelecer-se no Rio Grande, complementando o povoamento iniciado pelos primitivos colonos e seus descendentes.

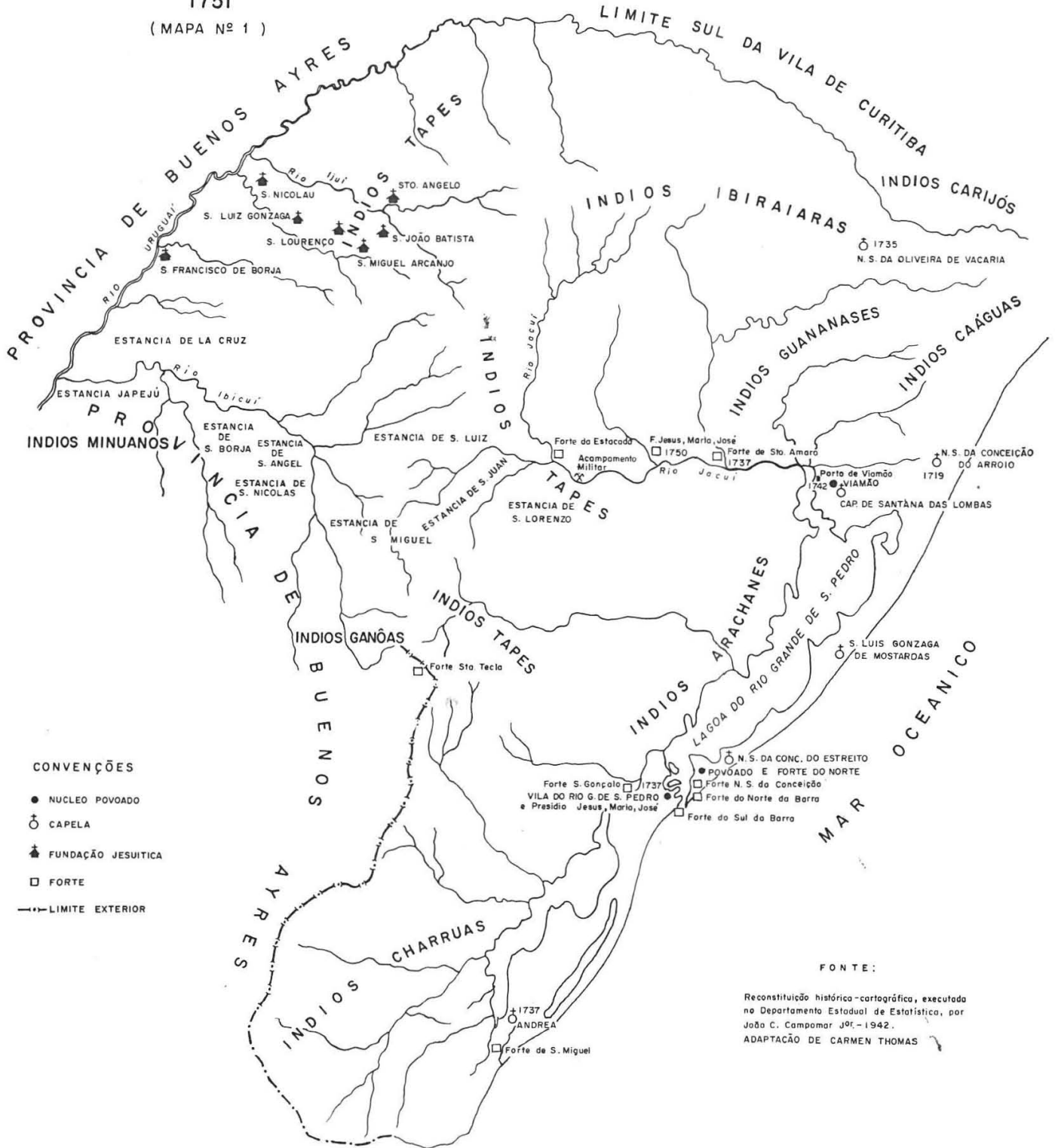
Devemos ressaltar que, lado a lado com o imigrante, aparece a figura do brasileiro que esteve presente na maior parte das colônias aqui fundadas, procurando ajudar, na medida do possível dada a sua ignorância das técnicas agrícolas européias, a expansão colonizadora do nosso território.

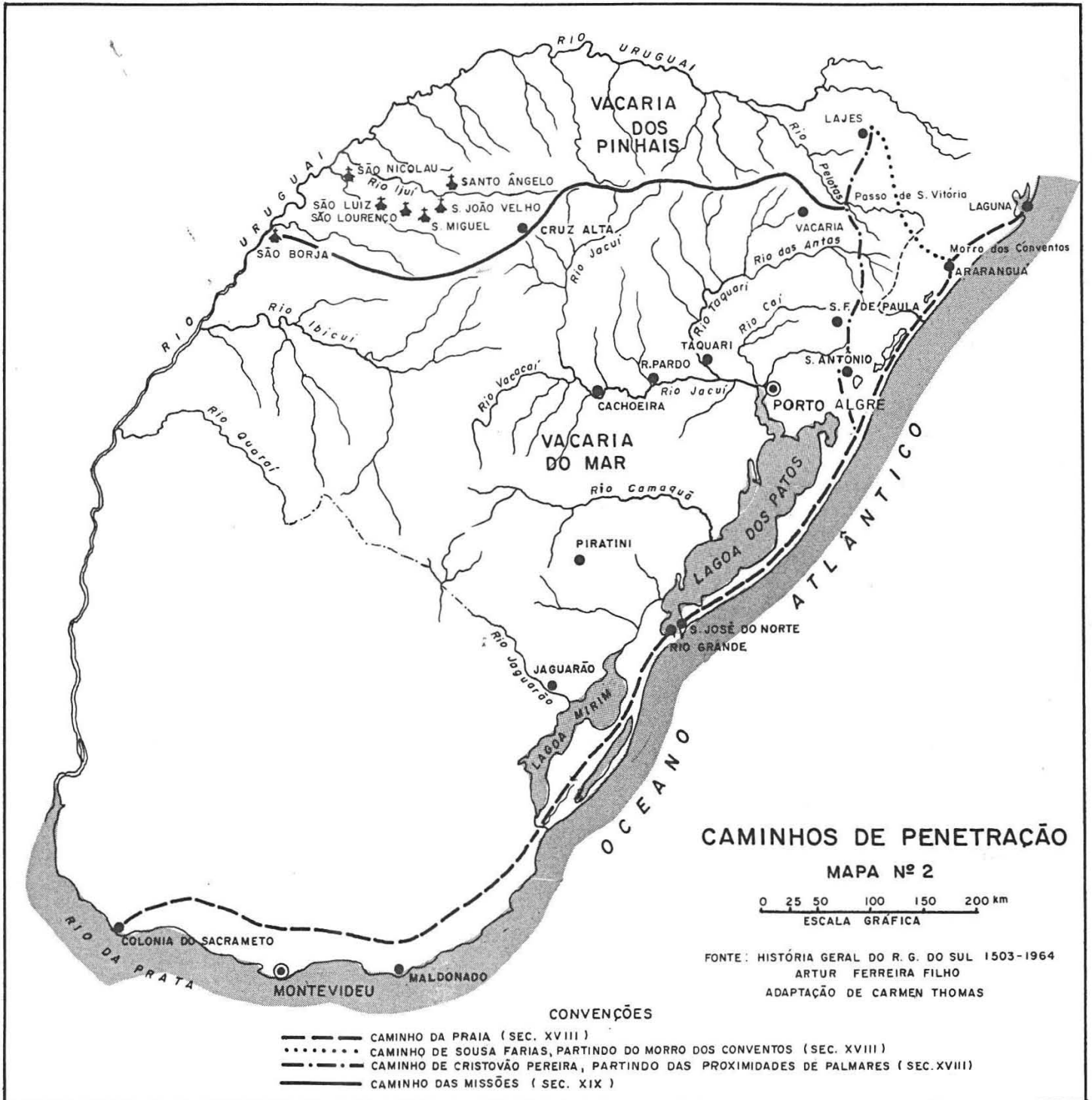
É interessante observar, outrossim, que todas essas ocupações coloniais, a partir dos meados do século XIX, não foram hostilizadas pelos estancieiros, que já se encontravam instalados em nossos campos.

Com a colonização européia completou-se a ocupação do Rio Grande, que se caracterizou pela presença dos lusos-brasileiros nas áreas de campos, entregues à atividade pastoril, e a do imigrante europeu, na zona de matas, com a implantação da agricultura em pequenas propriedades.

CONTINENTE DE VIAMÃO

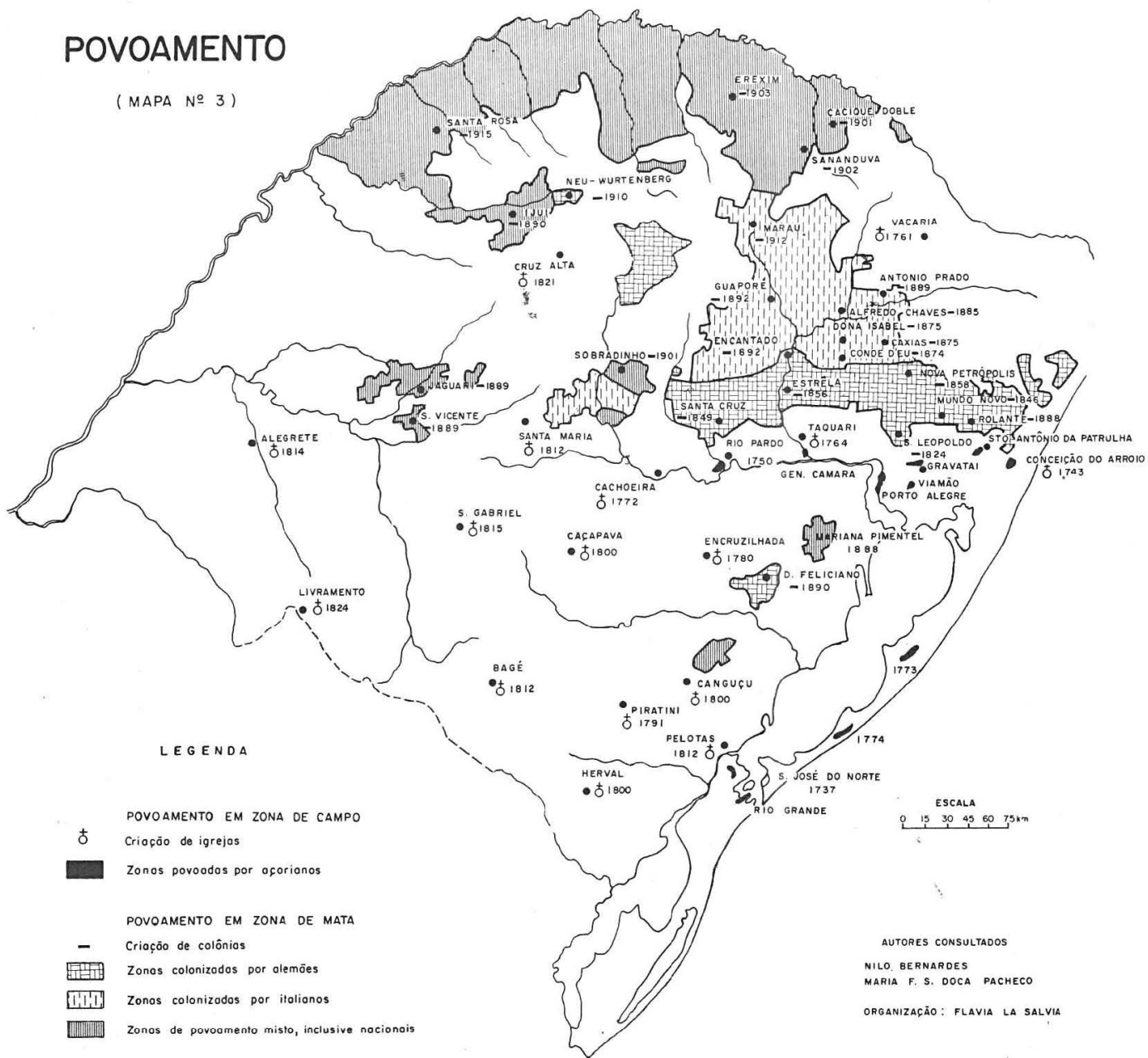
1751
(MAPA Nº 1)





POVOAMENTO

(MAPA Nº 3)



BIBLIOGRAFIA

- BERNARDES, NILO – A Colonização Européia no Sul do Brasil. Boletins Geográficos, Ano X, n.ºs 106 e 107, Rio de Janeiro, IBGE, 1952.
- BERNARDES, NILO – A Colonização Européia no Sul do Brasil – notas de aulas. Boletim Geográfico, Ano X, n.º 109. Rio de Janeiro, IBGE, 1952.
- BERNARDES, NILO – Bases Geográficas do Povoamento do R.G.Sul. Separata dos Boletins Geográficos n.ºs 171 e 172. Rio de Janeiro, IBGE, 1963.
- COSTA E SILVA, RIOGRANDINO – Nctas à margem da História do R.G. do Sul. P. Alegre, Editora Globo, 1968.
- DIEGUES JR, MANUEL – Imigração, Urbanização, Industrialização S. Paulo, INEP, 1964.
- FERREIRA FILHO, ARTHUR – História Geral do R.G. do Sul. P. Alegre, Editora Globo, 1958.
- FORTES, AMYR BORGES – Compêndio de História do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Livraria Sulina, 1960.
- FORTES, AMYR BORGES E WAGNER, JOÃO B. SANTIAGO – História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Editora Globo, 1963.
- GARDOLINSKI, EDMUNDO ET ALII – Enciclopédia Rio-Grandense – 5.º volume, Canoas RS., Editora Regional Ltda, 1958.
- PACHECO, MARIA FAGUNDES DE SOUZA DOCCA – Colonização no Rio Grande do Sul, Separata do Boletim Geográfico n.º 1, Porto Alegre – SAIC – 1956.
- PRADO, AUREA, LESSA, BARBOSA ET ALII – Rio Grande do Sul – Terra e Povo – Coletânea de Estudos – Porto Alegre, Editora Globo, 1964.
- PÔRTO, AURÉLIO – Terra Farroupilha; 2.º centenário da Fundação do Rio Grande do Sul, 1937.
- ROCHE, JEAN – L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul, de 1829 a 1847. Porto Alegre, Gráfica da UFRGS, 1961.
- ROCHE, JEAN – A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul, volumes I e II – Porto Alegre – Editora Globo, 1969.
- R. COSTA ET ALII – Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Livraria Sulina, 1974.
- VELLINHO, MOYSÉS DE MORAIS – Capitania D'EL-REI – Porto Alegre, Editora Globo, 1964.
- WAIBEL, LÉO – Princípios da Colonização Européia no sul do Brasil, Rev. Bras. Geogr., ano XI, n.º 2. Rio de Janeiro, IBGE.
- JAEGER, LUIZ GONZAGA Pe – O Índio no Rio Grande do Sul – Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos – Porto Alegre – PUC, 1958.
- ÁLBUM COMEMORATIVO DO 75.º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL – Porto Alegre – Revista do Globo – 1950.
- ANAIS DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO – Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vols. X, XII, XXXIII e XXXIV. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.
- ATLAS NACIONAL DO BRASIL – Rio de Janeiro, IBGE, 1966.